

Senado votou mais de mil matérias no semestre

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço das atividades da Casa no semestre, destacando que foram realizadas 108 sessões desde 15 de fevereiro, com a votação de 1.062 matérias. Entre elas, propostas de mudança constitucional de interesse da população, incluindo a PEC Paralela.

Página 3



ESFORÇO O Plenário votou ontem diversas propostas, entre elas a que autoriza a instalação do Complexo Hidrelétrico Belo Monte

CPI do Mensalão será instalada na terça-feira

Partidos devem indicar seus representantes na comissão até as 16h de segunda-feira, conforme decisão anunciada por Renan Calheiros



NEGATIVA Antonio Osório, ex-diretor dos Correios, depõe pela segunda vez na CPI e diz que não havia cobrança de propinas

Relatório aponta irregularidades nos Correios

Documentos enviados pela Controladoria Geral da União à CPI dos Correios aponta indícios de diversas irregularidades na empresa. Comissão ouviu ontem dois ex-diretores.

Carlos Cachoeira depõe hoje na CPI dos Bingos

O empresário de jogos eletrônicos Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, deve comparecer hoje, às 11h30, à CPI dos Bingos. Ele será o primeiro depoente da comissão, que apura o envolvimento de Waldomiro Diniz com casas de bingo.



PROVIDÊNCIAS Renan reúne líderes, define prazo para indicações à CPI e afirma que o mais importante é o Congresso esclarecer todas as denúncias



AUTORIZAÇÃO Sibá (de costas) entrega a Serraglio e Delcídio documento em que o PT abre mão de seu sigilo bancário para esclarecer denúncias de corrupção

A proposta de unificar todas as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) em uma só, defendida por alguns parlamentares, não obteve aprovação dos líderes reunidos ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. "Mais importante que uma, duas ou quatro CPIs são a eficácia e a celeridade das investigações", disse o presidente do Congresso. Ele anunciou o prazo para os partidos indicarem seus representantes à CPI do Mensalão: segunda-feira, às 16h. Segundo Renan, a CPI do Mensalão será instalada no dia seguinte, terça-feira.



ERRO Déficit nominal zero, em estudo pelo governo, prejudicará educação e saúde, diz César Borges

César Borges condena cortes de investimentos

O senador César Borges (PFL-BA) criticou a adoção do déficit nominal zero, uma medida que está sendo estudada pelo governo para, a médio prazo, reduzir os juros. Segundo ele, a melhor providência seria cortar os gastos administrativos e não os investimentos.

– Não há condições, nem políticas nem econômicas, para que seja adotado mais um aperto para o brasileiro – avaliou.

O déficit nominal zero foi proposto ao governo federal pelo deputado Delfim Netto (PP-SP). A idéia consiste numa forte redução de gastos para, em alguns anos, zerar a diferença entre as receitas e as despesas do setor público.

César Borges condenou a medida, afirmando que ela significa a redução dos gastos com investimentos sociais e de infra-estrutura, o que penalizaria setores como saúde, educação, agricultura e transportes. Conforme informou o parlamentar, em 2004 as despesas com viagens consumiram R\$ 1,2 bilhão, enquanto foram gastos com educação e com o aparelhamento do Exército R\$ 424 milhões e R\$ 80 milhões, respectivamente.

Maguito exalta os bons indicadores econômicos

■ Crise política não tem afetado a economia, o que demonstra maturidade do país, ressalta o senador

Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou, em discurso ontem, os bons indicadores da economia, representados pelos superávits na balança comercial e pelo controle da inflação. O senador disse acreditar que este é o momento ideal para realizar as mudanças com o objetivo de garantir o crescimento da economia. Entre as medidas necessárias, ele citou a



AVANÇO Para Maguito, momento é ideal para realizar mudanças como a redução das taxas de juros

redução das taxas de juros, que, em razão de seus elevados índices, observou, têm retardado o desenvolvimento.

O senador lembrou que a cri-

se política não tem afetado os indicadores financeiros, o que demonstra maturidade econômica. Para ele, isso não acontece por acaso, mas sim porque todas as denúncias estão sendo apuradas a fundo “com isenção e imparcialidade”.

Maguito assinalou ainda que o governo precisa cumprir o acordo com o setor agrícola, de liberar R\$ 3,8 bilhões para quitar dívidas com os fornecedores por meio de financiamento do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

– Se as medidas anunciadas não forem implementadas, a próxima safra estará comprometida – frisou o senador.



ESTATAL De acordo com Alberto Silva, a empresa cuidaria da produção de biodiesel e álcool

Alberto Silva sugere a criação da Biobrás

Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a criação de uma empresa estatal, nos moldes da Petrobras, que cuide da produção de álcool e biodiesel – ele sugeriu o nome Biobrás. Alberto Silva também propôs a utilização de uma área de aproximadamente 1 milhão de hectares no Piauí, para a produção de álcool.

O senador calcula que, com a utilização da área, será possível produzir 150 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, o que equivaleria a 9 bilhões de litros de álcool. O projeto geraria 500 mil empregos e recursos para investimentos sociais.

Agenda

Plenário examina emendas à Constituição

O Plenário promove sessão às 14h. Em pauta, propostas de emendas constitucionais, como a que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem

crianças (PEC 31/00). Às 11h, o presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com Jacques Wagner, novo responsável pela articulação política do governo.

Carlinhos Cachoeira fala à CPI dos Bingos

A CPI dos Correios ouve os ex-presidentes dos Correios Airton Langardo Dipp e João Henrique de Almeida Souza, além do presidente da Skymaster Airlines, Luiz Otávio Gonçalves. A empresa é suspeita de

superfaturar contratos. A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos toma o primeiro depoimento às 11h: será ouvido o empresário do ramo de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.



Contribuição partidária

Em discussão na Comissão de Justiça (CCJ), às 10h, projeto (PLS 384/03) que proíbe a cobrança de “dízimo” pelos partidos, tornando ilegal o recebimento pelas legendas de recursos dos filiados que ocupam cargos de confiança no governo.

LDO ainda sem acordo

Senadores e deputados continuam a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, em reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcada para as 10h. A falta de acordo tem adiado a votação do texto desde junho.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ESFORÇO Empresa é a primeira de capital nacional a obter o *Investment Grade*, afirma Suassuna

Suassuna destaca título obtido pela Vale do Rio Doce

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), apresentou voto de louvor e moção de reconhecimento à Companhia Vale do Rio Doce pela obtenção do *Investment Grade*, concedido pela Moody's, uma das mais importantes agências mundiais de classificação de risco de capital, segundo o parlamentar. Ele explicou que a Vale é a primeira empresa de capital nacional a conseguir “a invejável posição”.

Suassuna chamou a atenção para a viagem do presidente da República à França, onde será efetivada a compra de doze aviões *Mirage* usados.

Criadas cinco universidades federais

O Plenário aprovou ontem a criação de cinco universidades federais. Todos os projetos vieram da Câmara e foram apreciados em regime de urgência, após acordo entre os líderes do Senado, ouvidas as comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As novas instituições de ensino superior do país são: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal de Alfenas (Unifal); Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Universidade Federal do Semi-Árido (Ufersa); e Universidade Federal da Grande Dourados (UGD). Os projetos vão agora à sanção presidencial.

Essas instituições vão interiorizar o ensino superior do Brasil e serão formadas a partir de universidades e centros de ensino já existentes. A UFTM obteve pareceres favoráveis dos senadores Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e Aelton Freitas (PL-MG), designados relatores do projeto nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, respectivamente.

Dinamismo

O Plenário decidiu ainda sobre projeto de lei que transforma a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas/Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) em Universidade Federal de Alfenas (Unifal). O relator da proposta, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destacou que a transformação da instituição em universidade faz parte da estratégia para assegurar a continuidade do dinamismo da região sul de Minas Gerais e da microrregião de Alfenas.

O projeto que cria a Universidade do Recôncavo Baiano foi relatado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em nome das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE).

Mato Grosso do Sul terá mais uma universidade. A nova instituição já começará com 12 cursos de graduação, seis de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado.

A Escola Superior de Agricultura de Mossoró passará a ser Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Para o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a nova universidade terá currículo voltado para a realidade da região.

Renan destaca a atuação do Senado neste semestre

■ Apesar da crise política que atinge o país, a Casa tem cumprido o que exige a sociedade, afirma o senador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço das atividades da Casa no semestre, destacando que foram realizadas 108 sessões desde 15 de fevereiro, com a votação de 1.062 matérias. Entre elas, propostas de mudança constitucional de interesse da população, incluindo a PEC Paralela da Previdência e a licença-maternidade para trabalhadoras que adotarem crianças, a exemplo do que já têm as mães biológicas e as funcionárias públicas.

Renan afirmou que, apesar dos momentos de acirramento político, o "Senado mostra serenidade" e tem cumprido "o que exige a sociedade".

– No Parlamento, as coisas são mesmo assim. Em alguns momentos há exacerbação, mas depois volta a produzir, com serenidade, maturidade e equilíbrio – disse.

Os senadores votaram 79 projetos de lei, dos quais 28 foram enviados à sanção do presidente da República e 51 ao exame dos deputados. No semestre, 67% das sessões de



COMPROMISSO Em alguns momentos há exacerbação, mas depois a Casa volta a produzir "com serenidade, maturidade e equilíbrio", diz Renan

votação ficaram obstruídas por medidas provisórias assinadas pelo presidente da República, que chegaram ao Senado com prazo de deliberação já no limite. Destas, 15 foram aprovadas, modificadas ou não.

Avaliação

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), fez avaliação positiva da atuação do Senado no primeiro semestre deste ano. Ele enalteceu os trabalhos de Renan Calheiros e a atuação dos senadores e dos partidos na Casa, destacando o papel da oposição em "saúdáveis" disputas ideológicas.

Por sua vez, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que os resultados alcançados pelo Senado neste semestre, em meio a uma grave crise das ins-

tituições, provam a maturidade da Casa.

Virgílio aconselhou o presidente Lula a "ouvir a opinião das ruas" e a dar menos atenção às pesquisas de opinião. O senador fazia referência à pesquisa da CNT/Sensus, segundo a qual a avaliação do desempenho pessoal de Lula melhorou.

Mão Santa (PMDB-PI) pediu a atenção de Lula para outra pesquisa, divulgada no fim de semana por *Veja*, registrando que 55% da população opinaram que o presidente teria conhecimento da corrupção em seu governo. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em aparte, enalteceu a atuação de Renan e da Mesa diretora, e ainda a do líder Arthur Virgílio.

Vantagem especial para policiais do DF

O Senado aprovou ontem, e enviará à sanção presidencial, o projeto de lei da Câmara (PLC 54/05) que dispõe sobre a Vantagem Pecuniária Especial (VPE) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre a remuneração de delegados e servidores da Polícia Civil do DF. Também foi acolhido, e segue para sanção, o projeto (PLC 71/04) que institui o Dia Nacional da Assistência Social, a ser comemorado em 7 de dezembro de cada ano.

Os senadores acolheram ainda o PLC 53/05, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental; e o PLC 38/05, que amplia para 27 o número de representantes dos conselhos regionais de Contabilidade no Conselho Federal de Contabilidade. As duas proposições vão à sanção.

Foram aceitas pelo Plenário, e vão para o arquivo, duas mensagens presidenciais solicitando a retirada de matérias: a que pedia autorização para concessão de empréstimo-ponte ao Haiti, no valor de até US\$ 30 milhões; e a que indicava Denise Maria Ayres Abreu para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Novas MPs trancam a pauta do Plenário

Quatro medidas provisórias que chegaram nesta semana da Câmara passaram a trancar a pauta do Senado, entre elas a MP 242/05, que muda as regras para concessão do auxílio-doença pelo INSS, uma tentativa do governo visando reduzir o déficit da Previdência.

Também passou a bloquear a pauta a MP 244/05, que abre crédito de R\$ 20,3 milhões para o Ministério da Defesa. Os recursos se destinam às Polícias Federal, Civil e Militar do Pará, para atividades de inteligência, logística e segurança, além das operações que envolvem 40 organizações militares do Exército em áreas do território paraense envolvidas em conflitos fundiários.

Obstruem ainda a ordem do dia a MP 248/05, que elevou o salário mínimo em 1º de maio último para R\$ 300, e a MP 247/05, que abre crédito extraordinário de R\$ 586 milhões em favor dos ministérios de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, dos Transportes e da Cultura. Os senadores também receberam da Câmara a MP 250/05, que destina R\$ 30 milhões ao Ministério da Integração Nacional. No entanto, esta medida ainda não está trancando a pauta.

Senado aprova complexo de Belo Monte

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que autoriza o Poder Executivo a implantar o Complexo Hidrelétrico Belo Monte, em trecho do rio Xingu, no Pará. O início das obras está condicionado à realização de estudos de viabilidade técnica, ambiental e antropológica pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A matéria (PDS 343/05) vai agora à promulgação.

O texto incorporou emenda apresentada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por reivindicação de Luiz Otávio (PMDB-PA), para que tornasse expressa a participação de representantes do governo paraense e dos municípios afetados na avaliação dos estudos de viabilidade. Luiz Otávio frisou seu apoio e o do povo paraense à usina, mas disse estranhar a urgência na votação do projeto, aprovado pela Câmara na semana passada.

O relator da proposta, senador José Sarney (PMDB-AP), aponta Belo Monte como "o melhor aproveitamento hidrelétrico disponível no país". O empreendimento deve gerar 11.180 megawatts, inundando área de cerca de 400 quilômetros quadrados, similar à região submersa nas cheias do rio Xingu.

O exame da matéria gerou intensos debates. Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou que a avaliação dos estudos técnicos deveria ser realizada com participação do Congresso, por meio de audiências públicas. Ela e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) votaram contra a proposta. Os pefelistas José Jorge (PE) e Rodolpho Tourinho (BA) reivindicaram outras medidas contra uma possível crise de energia no curto prazo. Outros sete senadores se manifestaram em apoio ou para fazer ressalvas ao projeto.



POTENCIAL José Sarney avalia Belo Monte como o "melhor aproveitamento hidrelétrico do país"



CPI que investiga bingos inicia fase de depoimentos; Tebet sugere medidas para enfrentar crise; Sibá destaca avaliação de Lula em pesquisa; Bornhausen comunica desfiliação de deputado; Quintanilha diz que corrupção destrói confiança

Carlinhos Cachoeira depõe hoje na CPI dos Bingos

O empresário de jogos eletrônicos Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, comparece hoje, às 11h30, à CPI dos Bingos. Ele será o primeiro a depor à comissão destinada a investigar a utilização das casas de bingo na lavagem de dinheiro e as relações dessas empresas com o crime organizado.

Cópias do processo de cassação do então deputado André Luiz e dos inquiridos que apuraram o suposto envolvimento do então subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, em cobrança de propinas já foram encaminhadas pela Câmara e pela Polícia Federal à comissão, que



INVESTIGAÇÃO CPI que apura ligação das casas de bingo com lavagem de dinheiro é presidida por Efraim Morais

é presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

Até o início da tarde de ontem, alguns documentos re-

quisitados à Presidência da República ainda não haviam chegado à secretaria do colegiado, entre eles a relação dos funcionários que trabalharam com Waldomiro Diniz ou que por ele foram indicados para cargos no governo federal.

A CPI aguarda também que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) envie cópias de todos os relatórios que tenham investigado o envolvimento de Waldomiro Diniz e de Carlinhos Cachoeira em práticas de extorsão. E que o Tribunal de Contas da União (TCU) remeta o resultado das auditorias sobre os contratos entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil.

Tebet quer ampla reforma para país atacar corrupção

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) propôs ontem a "refundação do Estado brasileiro" com o objetivo de enfrentar a crise atual e combater a corrupção. Ele sugeriu a realização de uma reforma administrativa e a criação de um projeto de desenvolvimento a longo prazo. O senador também apoiou a reforma política, mas ponderou que são necessárias mais discussões e a adoção gradativa das mudanças.

Tebet observou que "a cor-

rupção é um mal antigo no Brasil que precisa ser combatido com firmeza, pois está prejudicando as instituições".

– Refundar o Estado significa refazer as regras e as práticas do sistema político, racionalizar as estruturas e criar um projeto de desenvolvimento balizado pelas demandas sociais e compatibilizado com a realidade.

Quanto à reforma política, o senador argumentou ainda que nem todas as propostas em debate na Câmara dos



SAÍDA Tebet prega reformulação da estrutura administrativa e projeto de desenvolvimento a longo prazo

Deputados são positivas. A seu ver, apenas o fim da verticalização e a fidelidade partidária podem vigorar já nas próximas eleições.

Sibá: denúncias de corrupção não afetam Lula

Sibá Machado (PT-AC) comentou em Plenário que as pesquisas de opinião continuam atribuindo elevado índice de popularidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele citou os índices divulgados ontem pelo instituto CNT/Sensus, segundo o qual a crise política não teria afetado a imagem do presidente.

– A pesquisa indica que a



AValiação Sibá Machado destaca pesquisa que indica aprovação ao desempenho pessoal do presidente

aprovação do desempenho pessoal de Lula subiu de 57,4% em maio para mais de 59% em julho. Isso mostra que as

denúncias de corrupção não prejudicaram sua popularidade e que a população não se deixa levar por qualquer onda de pessimismo induzida por aqueles que querem antecipar as eleições – declarou.

Sibá Machado destacou também o êxito obtido pelo governo no que se refere às políticas econômica e externa. Para enfatizar o que considera bom desempenho da economia, o senador mencionou informe do IBGE que aponta crescimento da produção industrial em 13 de 14 regiões pesquisadas.



DECISÃO Nota lida por Bornhausen esclarece que medida adotada pelo partido não implica prejulgamento

PFL cancela a filiação de João Batista

O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), comunicou ao Plenário que o partido decidiu ontem cancelar a filiação partidária do deputado João Batista Ramos da Silva (SP). Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, o parlamentar foi detido na segunda-feira, no aeroporto de Brasília, quando se preparava, com outras pessoas, para embarcar em um jatinho levando

sete malas de dinheiro.

Bornhausen leu nota distribuída à imprensa após a reunião, na qual se destaca que o cancelamento da filiação partidária "não implica qualquer prejulgamento sobre os atos que (o deputado) praticou em nome de sua igreja, que serão examinados na forma da Constituição e das leis vigentes".

Na nota, o PFL lembra que a Igreja Universal assumiu a total responsabilidade pelo transporte e pela propriedade do dinheiro, ao mesmo tempo em que o deputado João Batista também assumiu as consequências dos atos praticados "por ordem e autorização" da igreja. Acrescenta que o deputado, "que sempre cumpriu lealmente as determinações de bancada", contrariou neste caso os princípios básicos da atividade parlamentar e partidária.

– O ponto de vista moral e legal foi assumido pela igreja. Mas não faremos representação ao Conselho de Ética da Câmara. O processo do PFL acaba hoje – afirmou o senador, em entrevista após a reunião.

Quintanilha: educação falha amplia a crise

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) atribuiu, em discurso no Plenário, à falta de educação básica e de um ensino de qualidade ao brasileiro de menor poder aquisitivo a proliferação das crises ético-moral e econômico-social que afetam o país.

Segundo o senador, a ausência de ensino médio profissionalizante distribuído equitativamente entre as regiões também acaba por promover o desemprego e o êxodo rural, gerando conflitos sociais.

Quintanilha cobrou a ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes carentes de comunidades remotas. Também sugeriu que o ensino a distância, por meio da TV e da Internet, possa beneficiar grande parte dos jovens excluídos do terceiro grau.

O parlamentar lamentou que a sociedade esteja acostumada a crises originadas por atos de



CAUSA Quintanilha afirma que fraudes reduzem o grau de confiança da população no Estado

corrupção, "cujos praticantes continuam sendo beneficiados pela impunidade".

– A corrupção está destruindo a base moral da sociedade, que está estarelecida com a divulgação de tantos fatos nas CPIs. Até fraudes nos concursos e nos vestibulares apareceram para piorar a confiança do povo no Estado.

Ele disse esperar que o Congresso, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça possam atuar de maneira efetiva no sentido de apurar as denúncias e punir os responsáveis por desvio de dinheiro.



Em depoimento aos parlamentares, Antonio Osório nega participação no esquema de cobrança de propina. Outro depoente, o ex-diretor da estatal Eduardo Medeiros, quase vai preso por haver mentido à CPI. O caso será enviado ao Ministério Público

Ex-diretor dos Correios diz não conhecer Valério

O ex-diretor de Administração dos Correios, Antonio Osório Batista, no depoimento que prestou ontem à comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de corrupção na estatal, disse que assinou o termo aditivo reajustando em 25% o valor de contrato firmado por licitação com a agência SMP&B porque esse termo havia passado pelo crivo do departamento jurídico. Em resposta ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), Osório afirmou que nem sequer sabia quem era Marcos Valério, o dono da agência acusado de pagar o "mensalão" a deputados federais.

Na opinião de Alvaro, "há excesso de aditivos e de prorrogação de contratos, o que implica favorecimento a Marcos Valério, e isso não é ético".

Ao senador Demostenes Torres (PFL-GO), Osório negou ter tido contato com os "arapongas" que fizeram a gravação que incrimina Maurício Marinho. Respondendo ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), Osório disse que Marinho não tinha nenhum poder junto a Roberto Jefferson (PTB-RJ), diferentemente do que o ex-chefe de departamento afirmou na gravação. Disse ainda não acreditar que tenham saído recursos

dos Correios para pagamento do "mensalão", em resposta a Sibá Machado (PT-AC).

Para a Heloísa Helena (PSOL-AL), havia uma guerra de "gangues partidárias" na disputa pelas diretorias dos Correios, envolvendo o PT, o PMDB e o PTB. A senadora solicitou a entrega das atas das reuniões de diretorias dos Correios à CPI, acreditando que nelas a comissão verá claramente "os desvios de bilhões de reais" que ocorreram na estatal, nos últimos anos.

O depoimento de Osório começou no último dia 30, mas foi interrompido para que os parlamentares ouvissem o deputado Roberto Jefferson. O diretor foi o responsável pela nomeação de Marinho, de quem era o superior imediato. Na primeira parte do depoimento, Osório reconheceu ter sido indicado para a diretoria dos Correios pelo falecido deputado José Carlos Martínez, em nome do PTB.

Em questão de ordem, Sibá garantiu que até hoje à tarde entregará à CPI os documentos originais que habilitarão a comissão a quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-ministro José Dirceu e dos ex-dirigentes do PT, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira.

Auditoria aponta irregularidades em licitações dos Correios

Os relatórios preliminares enviados pela Controladoria Geral da União à CPI dos Correios relacionam diversas irregularidades.



– Prejuízo potencial de **R\$ 17 milhões** à estatal entre **2000 e 2005** pela concessão indevida de recomposição de preços contratuais

– Superfaturamento de **R\$ 37 milhões** nos contratos com a Skymaster

– Especificações técnicas que só seriam atendidas por **um único fabricante**

– Contrato de **R\$ 2 milhões** para a compra de **500 impressoras** sem licitação não obedecia aos critérios emergenciais

– Prorrogação de prazo de entrega das impressoras dispensou a cobrança de multa de **R\$ 14 mil** prevista no contrato

– Licitação requisitava documentação sem que houvesse amparo legal

– Aquisição de produtos que não atendem às exigências da licitação

Mentira leva parlamentares a pedir prisão de depoente

A CPI dos Correios viveu, na noite de ontem, seu momento mais tenso, desde o início dos trabalhos. Essa é a avaliação do presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ao final do depoimento do ex-diretor de Tecnologia da estatal Eduardo Medeiros, uma intervenção do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quase provocou a prisão do depoente.

Suplicy fez uma denúncia de corrupção envolvendo o ex-diretor e a empresa Gadotti Martins Carrinhos Industriais. Ao ser questionado pelo senador se conhecia Vilmar Martins, representante da metalúrgica, Medeiros negou. Minutos depois, admitiu ter falado com o empresário havia três dias, e isso fez com que vários parlamentares exigissem providências da direção da comissão,

uma vez que o depoente, na condição de testemunha, não poderia mentir.

Suplicy foi informado por Vilmar Martins que, em 1992, a Gadotti venceu licitação para fornecimento de 901 carrinhos aos Correios. Quando seus funcionários foram entregar o produto, o gerente do estabelecimento teria informado que só receberia os carrinhos mediante o pagamento, à vista, em dólares, de 20% do valor da nota fiscal, sendo que 10% iriam para Eduardo Medeiros, superintendente da estatal à época.

Após a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, o relator, Osmar Serraglio (PMDB-PR), comunicou que o caso seria remetido ao Ministério Público. Apesar da tensão, Delcídio disse acreditar que a CPI demonstrou maturidade.

Crivella manifesta apoio a João Batista Ramos

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) solidarizou-se com o deputado João Batista Ramos (sem partido-SP), que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e foi flagrado pela Polícia Federal em Brasília, na segunda-feira, transportando mais de R\$ 10 milhões em malas. João Batista Ramos foi expulso

ontem do PFL.

– O deputado não se intimidou e transportou o dinheiro ele próprio, sem mandar funcionários, porque sabe de suas responsabilidades – defendeu o senador, assegurando a legalidade do dinheiro.

Marcelo Crivella garantiu que o dinheiro era fruto de doações

PT autoriza quebra de sigilo do partido

O senador Sibá Machado (PT-AC) entregou ontem ao presidente da CPI que investiga denúncias de corrupção no âmbito dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), documento do Partido dos Trabalhadores (PT) autorizando a quebra do sigilo bancário do partido.

O documento – assinado pelo presidente do PT, Tarso Genro, pelo secretário-geral, Ricardo Berzoini, e pelo tesoureiro, José Pimentel – autoriza o Banco Central e as demais instituições do sistema financeiro nacional a fornecer à CPI todas as informações com relação às movimentações financeiras pertinentes à investigação.



OPINIÃO Aos integrantes da CPI, o ex-diretor de Administração dos Correios Antonio Osório (D) negou que tenha saído recurso da estatal para o "mensalão"



O presidente do Senado deu prazo até segunda-feira para que os partidos indiquem seus representantes na comissão de inquérito

Renan instalará CPI do Mensalão na terça-feira

Após reunião com as lideranças partidárias do Senado e da Câmara dos Deputados, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, anunciou que os partidos têm até as 16h da próxima segunda-feira para indicar seus representantes na CPI do Mensalão. A comissão parlamentar mista investigará denúncia do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), segundo a qual dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) faziam pagamentos mensais – o chamado

"mensalão" – a deputados do PL e do PP em troca de favorecimento do governo em votações no Congresso. Renan disse que a CPI do Mensalão será instalada na terça-feira.

A proposta de unificar todas as CPIs em andamento no Congresso em apenas uma não prosperou. Para Renan, a unificação é regimentalmente inviável.

– Mais importante do que ser uma, duas ou quatro CPIs é a eficácia e a celeridade das investigações, são as respostas

que o Congresso precisa dar à sociedade para separar os bons dos maus políticos – afirmou.

Também não houve acordo com relação à votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Renan disse que será realizada hoje uma sessão do Congresso Nacional e que pretende aproveitar esse quórum para, caso haja acordo, votar a LDO e, com isso, iniciar o recesso parlamentar. Ele lembrou que já havia decidido manter as investigações das CPIs mesmo durante o recesso.



AGUARDO Após quase uma hora de espera para formar quórum, Gilberto Mestrinho, presidente da CMO, transferiu para hoje votação da lei orçamentária

PFL e ruralistas mantêm obstrução ao exame da LDO

Ainda sem acordo sobre as reivindicações do PFL e da bancada ruralista, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) não conseguiu ontem quórum mínimo de senadores para votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Depois de quase uma hora de espera, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), marcou para a manhã de hoje nova tentativa de votação.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou em entrevista à imprensa que o PFL está disposto a votar a LDO na comissão, desde que seja instalada a CPI do Mensalão. Ou seja, que os partidos indiquem seus representantes e eles elejam o presidente e o vice da CPI. A instalação deverá ocorrer na próxima terça-feira. Já a bancada ruralista obstruiu a votação porque, conforme o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), ainda não obteve resposta do governo sobre dois pontos

acertados durante o recente "Tratoração" de agricultores, em Brasília.

A reunião teve quórum de deputados, mas não de senadores. O relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), disse ter ouvido de todos os partidos que eles concordam com seu parecer, "mas a votação está ligada aos problemas políticos". O senador Heráclito Fortes entende que "o país não concorda que o Congresso entre de recesso no auge de uma crise política, com CPIs tomando depoimentos de pessoas envolvidas em denúncias".

Pela Constituição, os deputados e senadores só podem iniciar o recesso de julho se votarem o projeto da LDO, que contém orientações para a elaboração, pelo Executivo, do orçamento do ano seguinte. A proposta do Orçamento de 2006 já está sendo elaborada pelo Ministério do Planejamento, para envio ao Congresso até o dia 31 de agosto.



IMPASSE A reunião que Renan Calheiros promoveu ontem com os líderes partidários não produziu acordo sobre a LDO

Ideli interpela Roberto Jefferson na Justiça

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protocolou três interpelações judiciais para o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) na última segunda-feira. O motivo foi a nota divulgada por Jefferson na semana passada, que, segundo a senadora, conteria "insinuações de que ela teria participação no esquema do 'mensalão'".

As interpelações pedem que, num prazo de 48 horas, Roberto Jefferson explique ao Supremo Tribunal Federal "o sentido das frases dúbias" contidas em sua nota. Ideli afirmou que, após as explicações, apresentará à Justiça queixa-crime e ação por danos morais.



TROCO Ideli afirma que insinuações de Jefferson foram represália por pedido de quebra de sigilos

– As insinuações de Roberto Jefferson foram uma represália pelo fato de que partiu de mim a proposta que resultou na quebra de seus sigilos bancário,

fiscal e telefônico – afirmou a senadora catarinense.

O trecho da nota mencionado por Ideli é o seguinte: "Questiono ainda a isenção da senadora Ideli Salvatti, do PT, membro da mesma Executiva a quem acuso de fazer o pagamento do citado mensalão por meio de Delúbio Soares, com conhecimento de José Genoíno, Marcelo Sereno e Sílvio Pereira, além do ex-ministro José Dirceu".

A senadora também questiona uma frase atribuída a Jefferson, publicada recentemente no jornal *Folha de S. Paulo*, na coluna Paineis: "Será ela [Ideli Salvatti] a única santa do lupo?".

Concessionárias poderão ter que prestar contas pela Internet

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou projeto de lei que determina a prestação de contas pelas empresas detentoras de outorga de serviços públicos em tempo real na Internet. A proposta também exige que as concessionárias de rodovias coloquem na rede informações sobre a receita arrecadada com a cobrança de pedágios, além dos gastos empregados na manutenção e na

execução de obras nas estradas (PLS 211/05).

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa. Ainda não foi designado o relator da matéria – que poderá ser analisada também pela Comissão de Educação (CE), se for acolhido requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) nesse sentido.

Errata

Diferentemente do que foi publicado na edição de terça-feira do **Jornal do Senado**, o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), suplente do senador

Hélio Costa (PMDB-MG), não está mais casado com Viviane Gutierrez de Moraes Salgado. Oliveira tem quatro filhos e não três, conforme informado.



DISTINÇÃO Pobres enfrentam condições desfavoráveis para entrar no superior público, observa Crivella

Crivella pede maior acesso de pobres à universidade

Projeto defendido pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) garante prioridade a estudantes com renda familiar inferior a dez salários mínimos para matrícula em instituições públicas de ensino superior. De acordo com a proposta (PLS 174/05), explica o parlamentar, pobres e ricos têm direito à universidade pública, mas o ingresso deles deve ser feito em condições desiguais, uma vez que os candidatos são diferentes "num contexto social capitalista".

Crivella afirma, na justificativa do projeto, que a maioria das universidades públicas é freqüentada por estudantes com renda familiar entre 20 e 30 salários mínimos. Ele argumenta que esses alunos podem pagar as mensalidades cobradas pelas instituições privadas, apesar de terem direito a optar pelo ensino público.

– O projeto não trata de discriminar o estudante rico ou privilegiar o estudante pobre. O pobre, pelo princípio isonômico de tratar desigualmente os desiguais, terá prioridade de matrícula se, comprovadamente, a sua renda familiar o impossibilita de cursar uma universidade paga – salienta.

A proposição está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Paraguai nega instalação de base militar dos EUA

■ Nota da embaixada, divulgada por Alvaro Dias, atribui notícias sobre assunto a especulações da mídia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) divulgou ontem comunicado que recebeu do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Cristovam Buarque (PT-DF), encaminhado pela embaixada do Paraguai, desmentindo notícias de que uma base militar americana permanente seria instalada no país vizinho.

O comunicado afirma ser especulação da mídia a suposta autorização para que os Estados Unidos operem uma base permanente para operações militares em área próxima à Usina Hidrelétrica de Itaipu. O parlamentar disse que a mensagem ratifica declarações anteriores sobre o assunto, feitas pelo embaixador do Paraguai no Brasil,



CAUTELA Para Alvaro Dias, momento "turvo" exige serenidade na análise de temas sobre questões bilaterais

Luis Gonzalez Árias.

O diplomata, conforme Alvaro Dias, esclareceu que são temporárias as autorizações dadas até agora, para operações militares dos Estados Unidos no país, como ocorre com missões internacionais de cooperação, até mesmo com o próprio Brasil.

O senador observou que a presença militar americana é particularmente forte na Colômbia, Equador, Bolívia e Peru,

justificada em todos os casos pelo combate ao narcotráfico. Para ele, apesar da necessidade de adoção de medidas preventivas em relação ao assunto, temer a eventual presença militar americana no Paraguai é desconsiderar que essa presença já acontece em outros países limítrofes.

– Em um momento de conjuntura interna tão turvo, deve-se ter serenidade para analisar questões que tratam de relações bilaterais – ponderou.

Alvaro Dias foi apartado por Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP), Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Azevedo (PSDB-MG). Este último, vice-presidente da CRE, afirmou que já foi encaminhada pela comissão correspondência ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, questionando se os acordos do Mercosul permitem algum tipo de consulta entre os países membros para casos de acordos bilaterais com terceiros países.

Tuma preocupado com ganhos de militares

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu apoio dos senadores para a aprovação de medida provisória que promove a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. O parlamentar informou que a MP 2.215-01 já foi editada dez vezes e ressaltou que o texto em vigência "tem levado a caserna a momentos de altíssima insatisfação".

O parlamentar, que atua como relator da matéria, afirma ter acolhido 822 emendas com alterações no texto. Segundo ele, a proposta original, enviada ao Congresso em 2001 e nunca votada, traz dispositivos que ajudam a atenuar os justos



DESAGRADO Segundo Tuma, tropa está insatisfeita com medida provisória que versa sobre salários

reclamos dos militares.

Tuma pediu ainda a votação de outras 52 MPs que tramitam no Congresso, na sua avaliação não menos relevantes. Entre

estas, ele cita iniciativas que se relacionam à remuneração dos policiais federais e à criação de agências estatais de desenvolvimento para o Nordeste e Amazônia. Enfatizou também MPs que propõem mudanças no Imposto de Renda, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas relações financeiras entre a União e o Banco Central.

– Quero insistir na necessidade impostergável de que o Congresso promova um verdadeiro *tour de force* para transformar tais MPs em leis, uma vez que é do Legislativo e não do Executivo a prerrogativa de legislar – finalizou Tuma.



AFIRMAÇÃO Instituições não podem esquecer das médicas, advogadas, técnicas e professoras, diz Serys

Serys quer diploma com profissão no gênero feminino

O emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas está previsto em projeto de lei que acaba de ser apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). De acordo com a proposta (PLS 12/05), as instituições de ensino médio e as de educação superior, públicas e privadas, deverão expedir os diplomas dos cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada ao designar a profissão e o grau obtido.

– Muitas instituições de ensino continuam a emitir seus diplomas, para todos, indistintamente, na flexão masculina, como se as profissões fossem designadas sempre por substantivos comuns para os dois gêneros. Ao contrário do que fazem os consultórios, os escritórios, as repartições públicas e os cartões de visitas, na sua maioria se esquecem da existência das médicas, advogadas, técnicas, engenheiras, professoras, etc. – afirmou.

O projeto estende a medida às pessoas já diplomadas, às quais será facultado o direito de requerer uma nova emissão de seus diplomas, com a devida retificação quanto ao gênero.



CAPACITAÇÃO Mozarildo: Sesi, Senac e congêneres têm papel relevante na área de formação profissional

Mozarildo destaca importância do "Sistema S" para o país

O chamado "Sistema S" foi tema de pronunciamento feito ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele destacou que a rede formada pelo Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e Sebrae vem prestando "serviços imensuráveis" à faixa da população mais carente, mediante oferta de oportunidades de formação profissional e de inserção no

mercado de trabalho.

As instituições que integram o sistema fornecem capacitação para a indústria, o comércio e a área rural. Mozarildo ressaltou que, há pouco mais de 60 anos, o empresário Ermelino Matarazzo foi um dos criadores do modelo.

– Esses pioneiros souberam detectar, com enorme precisão, os gargalos que limita-

riam, ou mesmo impediriam, o desenvolvimento industrial e econômico brasileiro.

O senador citou como exemplo o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), "que foi criado com o fim precípua de educar trabalhadores para uma indústria em crescimento e que se tornava cada vez mais complexa".

– O sucesso foi tão grande

que logo suas atividades foram ampliadas, e então se criou o Serviço Social da Indústria, o Sesi, destinado à promoção social dos trabalhadores e de seus familiares – acrescentou.

O parlamentar ainda lembrou que, em matéria publicada pela revista *IstoÉ Dinheiro*, o "Sistema S" foi chamado de "maior organização não-governamental do país".



PROMESSA Senador do PFL adverte o governo que oposição pode voltar a obstruir a pauta do Senado

José Jorge cobra promessa do ministro Palocci

José Jorge (PFL-PE) cobrou ontem do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a liberação de verbas para os estados atingidos por enchentes no Nordeste e também para as obras dos metrô das cidades de Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Salvador.

O senador lembrou que o ministro se comprometeu, durante reunião com os senadores da oposição no final de junho, em liberar esses recursos para que eles não obstruíssem as votações e aprovassem a Medida Provisória 241/05. A MP abre crédito extraordinário de quase R\$ 300 milhões para várias despesas do governo.

– Vim aqui [no Plenário] para cobrar do ministro Palocci que ele cumpra sua palavra. Se não formos atendidos até o final da semana, teremos de obstruir a pauta da Casa até que as promessas sejam cumpridas – declarou José Jorge.

Segundo a oposição, o acordo previa a liberação de recursos, por meio de medida provisória, para os estados atingidos por enchentes. As verbas destinadas a obras de metrô seriam provenientes de um programa conjunto do governo com o FMI que permite a exclusão de gastos com infra-estrutura do cálculo do superávit primário.

Osmar Dias acusa Monsanto de exploração

■ Senador afirma que multinacional está exagerando na cobrança de *royalties* de suas sementes

O senador Osmar Dias (PDT-PR) denunciou da tribuna a multinacional Monsanto pelo “exagero” no preço que a empresa quer cobrar dos agricultores do país a título de *royalties* pelo uso de suas semente de soja transgênica.

– Apoiada pela Lei de Biossegurança, a Monsanto quer cobrar 88 centavos de real por quilo de sementes. Está na hora de a multinacional entender que ela não pode, usando da Lei de Biossegurança, explorar os produtores brasileiros – assinalou.

Osmar Dias pediu a interferência do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, “para



BOICOTE Para senador, se empresa não mudar de atitude, saída poderá ser uso de sementes convencionais

que a Monsanto seja chamada à realidade”. O senador do Paraná ponderou que “a lei é correta”, por dar aos agricultores o direito de escolher entre sementes transgênicas ou comuns.

– Mas, se a Monsanto continuar tentando explorar os produtores, só restará um caminho: o boicote ao plantio de sementes transgênicas, com os

produtores voltando a plantar unicamente sementes convencionais.

Corrupção

O senador paranaense informou que, ao viajar no fim de semana ao seu estado, ouviu constantemente recomendações para que o Congresso “aproveite e faça uma limpeza” a partir das investigações sobre corrupção no Parlamento e no governo.

– A sociedade está começando a entender que a corrupção acaba no bolso das pessoas, sob a forma dessa brutal carga tributária – afirmou.

Osmar Dias sugeriu que o Congresso, a despeito das investigações, mantenha sua pauta de votações de projetos de interesse popular. Opinou ainda que os deputados e senadores deveriam unificar as CPIs em funcionamento, porque o grande número delas “já confunde a cabeça das pessoas”.



ALTERNATIVA Para Ana Júlia, projeto pode impedir violência no campo e permitir mais educação e saúde

Ana Júlia defende projeto de gestão para florestas

Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou a chegada ao Senado de projeto de gestão de florestas públicas, aprovado na Câmara dos Deputados. Para a senadora, o projeto irá possibilitar a exploração sustentável dos recursos naturais e poderá impedir a violência no campo. Além disso, os recursos arrecadados por meio de impostos irão gerar mais serviço, educação e saúde para a população da Amazônia.

A senadora disse que o projeto sofre muitos ataques porque a questão não tem sido bem apresentada. A falta de informação faz com que algumas pessoas considerem que a proposta promove a privatização das florestas brasileiras.

Ana Júlia afirmou ainda que nos governos anteriores os órgãos públicos de fiscalização, como o Ibama, foram esvaziados. Em sua opinião, é necessária uma ação mais firme dos órgãos governamentais encarregados de cuidar dos problemas ambientais.

– Não podemos ignorar, por exemplo, o problema da grilagem de terras, mas como disse o senador Valdir Raupp, em discurso nesta tarde, temos de defender as empresas que fazem o manejo florestal de maneira correta – concluiu.

Capiberibe critica descumprimento de decreto

João Capiberibe (PSB-AP) reclamou o cumprimento de lei que obriga os fabricantes de alimentos a alertarem o consumidor sobre produtos transgênicos. A lei determina que os fabricantes de produtos alimentícios com até 1% de substâncias obtidas por meio de organismos geneticamente modificados (transgênicos) comuniquem esse fato aos consumidores nos rótulos e embalagens. Ele lamentou que, passados dois anos de vigência da lei, nenhum produto desse segmento cumpriu essa norma.

Segundo o senador, o decreto 4.680/03 obriga os fabricantes de alimentos como biscoitos,



VIOLAÇÃO Capiberibe cobra cumprimento da lei e aplicação de multa a fabricantes

massas, farinhas e produtos para bebês a exibirem o símbolo “T” nas embalagens dos produtos transgênicos. As penas reservadas aos infratores chegam a multas que alcan-

çam até R\$ 1 milhão, mas até hoje não há conhecimento de nenhuma empresa que tenha sido multada.

Capiberibe lembrou ainda que os produtos transgênicos vendidos em supermercados direto ao consumidor são derivados de grãos de soja e milho geneticamente modificados pela Monsanto em 2003.

Naquela época, o governo brasileiro permitiu a comercialização da safra dos produtores sulistas por meio de medida provisória, mas manteve a proibição do plantio das sementes no país. O senador ressaltou também que a ciência ainda não comprovou os benefícios dos transgênicos à saúde.

Valdir Raupp faz apelo por madeireiras que trabalham dentro da legalidade

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo para que as empresas madeireiras que trabalham dentro da legalidade na Amazônia não sejam prejudicadas em consequência da Operação Curupira. A operação, iniciada pela Polícia Federal no início de junho, desmontou um esquema de extração ilegal de madeira e já

preendeu 90 pessoas, com outras 190 sob investigação.

De acordo com o senador, as “empresas honestas” estão sendo desestimuladas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cujos servidores estariam temerosos de liberar projetos de manejo. Segundo ele, a informação foi

confirmada pelo presidente da instituição, Marcus Barros.

– Os empresários sérios não devem ser punidos, pois geram renda, criam empregos e novas oportunidades legais de negócios, sem risco para o meio ambiente – defendeu.

Raupp disse que essas empresas estariam na iminência de demitir trabalhadores.

Acrescentou que o Brasil está perdendo divisas, deixando de cumprir contratos de exportação. O senador avalia que o país está perdendo mercado para outros produtores mundiais, com prejuízos para a economia, pois a exploração de madeira é uma das maiores fontes de arrecadação e de emprego de Rondônia.



PREJUÍZOS Raupp adverte que as empresas estão perdendo contratos e podem começar a demitir